



**Ao Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP,**

**Senhor Diretor Geral e Ordenador de Despesas, Dr. Rafael Muniz de Oliveira.**

Ref. Processo e-protocolo nº 20.427.588-2. Pregão Eletrônico 0169/2023 – UASG 926277.

**ANESTHEMEDIC SERVIÇOS EM SAÚDE LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.821.953/0001-30, estabelecida à Rua Sá e Albuquerque, nº 614, Jaraguá - Maceió/AL, vem respeitosamente, por meio do seu representante legal, infra assinado, interpor o presente

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

Supramencionado, o que faz pelas razões que passa a expor.

#### **1- DA TEMPESTIVIDADE**

Nos termos do disposto no item 5.1.1 do Edital, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Sendo a presente impugnação protocolada em 31 de agosto do corrente ano, resta demonstrada, portanto, a tempestividade da presente petição impugnatória.

**Rua Sá e Albuquerque, nº 614, Jaraguá | Maceió - AL | CEP: 57022-180**

**Tel.: (82) 3022-1518 |**

## **2- FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO**

Os princípios que regem as licitações públicas vem insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº. 8.666/93, com destaque à supremacia do interesse público na BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar algumas restrições e ilegalidades que maculam o certame, conforme passa a demonstrar.

### **2.1- DA VIOLAÇÃO LEGAL E INOBSERVÂNCIA ÀS JURISPRUDÊNCIAS DO TCE/PR E DO TCU AO DEIXAR, O EDITAL, DE EXIGIR ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL COMO REQUISITO DE HABILITAÇÃO**

Pois bem, de acordo com o ordenamento jurídico vigente, ou seja, com as normas de regência aplicáveis aos procedimentos licitatórios, bem como as jurisprudências das Cortes de Contas, local (TCE/PR) e federal (TCU), **não deve prosperar o edital** sem exigir, no presente caso, atestados de capacidade técnica operacional.

O próprio **Tribunal de Contas do Estado do Paraná**, por meio de consulta realizada pelo Município de Sengés, decidiu pela necessidade de exigência de atestados de capacidade técnica operacional em licitação que tem por objeto a contratação de empresa para execução de serviços de alta complexidade, sob pena, inclusive, de o “administrador incorrer em responsabilidade por eventual inexecução contratual decorrente de imperícia da contratada”. (Acórdão nº 828/19 – Tribunal Pleno, Relator: Conselheiro Ivens Zschoerper Linhares).

Por outro lado, é preciso destacar aqui, que, de fato, alguns editais não exigem tais atestados e, não são em razão disso, impugnados ou revogados/anulados.

Mas isso acontece em licitações onde o objeto é a contratação de **serviços de menor complexidade**. Nesses casos as Cortes de Contas já se pronunciaram admitindo que atestados de comprovação de capacidade técnica operacional podem **não** ser exigidos.

Diferentemente, tal faculdade **não** se aplica quando o objeto é de **alta complexidade** e pode provocar dano maior ao interesse público em razão de sua eventual **inexecução por imperícia**.

Não resta dúvidas que, no presente caso, temos por objeto licitação que visa a contratação de um serviço de alta complexidade. A lei entende por licitação de alta complexidade técnica aquela que envolva alta especialização. Anestesiologia é um serviço especializado de alta complexidade que requer, inclusive, profissionais peritos habilitados (médicos anesthesiologists) para sua execução. O profissional lida com manuseio de equipamentos, medicamentos e drogas, tem que ter expertise em diagnóstico para verificar a situação individual de cada paciente, etc.

Ou seja, em termos gerais, quando o ordenamento diz que é **necessário do Administrador que ele exija documentos (atestados) que comprovem a capacidade técnica operacional (art. 67,II, lei 14.133)** na verdade está preocupada com a própria execução do serviço licitado, não é nada além disso, nem é complexo de entender. É por isso a necessidade. É por isso a exigência. **Para que o interesse público não seja prejudicado com eventual não continuidade da prestação do serviço em razão de imperícia.**

Data vênia, essa temática é tão importante que tem, inclusive, previsão constitucional no art. 37, XXI. Ou seja, a capacidade técnico-operacional refere-se à aptidão da empresa, em relação aos atributos do seu desempenho na atividade empresarial, e isto sem sombra de dúvidas deve ser comprovado pela licitante a fim de demonstrar **que tem condições de executar o serviço licitado com perícia** e, portanto, não prejudicará o coletivo, destinatário final das contratações públicas.

Mesmo sabendo ter tratado e demonstrado essa questão de forma veemente, ainda assim, apontamos que **a Coordenadoria de Gestão Municipal (CGM) do TCE-PR sustentou que o atestado de capacidade técnico-operacional é expressamente relevante** para que seja comprovada a capacidade técnica operacional e a aptidão da empresa no desempenho e execução do objeto a ser contratado.

Tais questões encontram-se descritas no Acórdão 3646 do TCE/PR, bem como na decisão exarada no processo sob o nº 00794902.00/08-1 do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul.

Portanto, sob pena de incorrer o administrados em responsabilidade decorrente de eventual inexecução contratual, decorrente de imperícia, deve exigir, no edital, que sejam apresentados pelas licitantes documentos que lhe qualifiquem técnica-operacionalmente, a partir do que regra o inciso II do artigo 67 da lei 14.133.

## **2.2- AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO**

O art. 50, da Lei 9784/99 que dispõe sobre os processos administrativos, prevê claramente:

**Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados**, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

**Rua Sá e Albuquerque, nº 614, Jaraguá | Maceió - AL | CEP: 57022-180**

**Tel.: (82) 3022-1518 |**

- II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;
- III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;
- IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;
- V - decidam recursos administrativos;
- VI - decorram de reexame de ofício;
- VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;
- VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

Ocorre que, diferentemente do previsto, a decisão impugnada, qual seja: não exigência de atestados de capacidade técnica operacional, foi tomada sem qualquer motivação, **deixando de relatar os fatos** e motivos legais que fundamentassem sua decisão.

O princípio da motivação do ato administrativo exige do Administrador Público especial cautela na instrução do processo, sob pena de nulidade, conforme assevera Maria Sylvia Zanella di Pietro:

*"O princípio da motivação exige que a Administração Pública indique os fundamentos de fato e de direito de suas decisões. Ele está consagrado pela doutrina e pela jurisprudência, não havendo mais espaço para as velhas doutrinas que discutiam se a sua obrigatoriedade alcançava só os atos vinculados ou só os atos discricionários, ou se estava presente em ambas as categorias. A sua obrigatoriedade se justifica em qualquer tipo de ato, porque se trata de formalidade necessária para permitir o controle de legalidade dos atos administrativos".* (in Direito Administrativo, 24º ed., Editora Atlas, p. 82).

Diferentemente disso, o ato administrativo impugnado, não encontra-se devidamente motivado, em clara inobservância à Lei.

Trata-se de irregularidade do ato administrativo que deve ser imediatamente revisto sob pena de nulidade, conforme precedentes sobre o tema:

ACÓRDÃO EMENTA : APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ANULATÓRIA - ILEGITIMIDADE PASSIVA DO PROCON - ÓRGÃO SEM PERSONALIDADE JURÍDICA - DEFESA INTEIRAMENTE REALIZADA PELO MUNICÍPIO - AUSÊNCIA DE PREJUÍZO - MULTA PROCON - PROCESSO ADMINISTRATIVO - **MOTIVAÇÃO INADEQUADA - VIOLAÇÃO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO** - APELO CONHECIDO E DESPROVIDO - SENTENÇA MANTIDA. 1. (...). 3. **O ato administrativo não encontra-se devidamente motivado, nos termos do art. 50, da Lei 9784/99 e do art. 19, do Decreto Municipal 11.738/03.** No corpo da decisão administrativa, o PROCON/Vitória indica como fundamento normativo de sua pretensão punitiva unicamente os arts. 14 e 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, limitando-se a citá-los. 4. Em nenhum momento o Procon considerou o conjunto fático-probatório, não apresentando em sua decisão referências a qualquer fatura da consumidora que comprovasse as cobranças indevidas. Ademais, não oportunizou à empresa apelada a produção de provas que a possibilitassem comprovar a litude nas cobranças impugnadas. **Tal fato, em conjunto à fundamentação deficiente, proporciona a nulidade não somente do processo administrativo, mas da penalidade que dele decorre.** Precedentes 5. Recurso de apelação conhecido e improvido. (TJ-ES - APL: 00282591720128080024, Relator: ELISABETH LORDES, Data de Julgamento: 06/02/2018, TERCEIRA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 16/02/2018)

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONSUMIDOR. MULTA ADMINISTRATIVA. PROCON. NULIDADE. CONFIGURADA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. CRÉDITOS. CELULAR. PLANO

**Rua Sá e Albuquerque, nº 614, Jaraguá | Maceió - AL | CEP: 57022-180**

**Tel.: (82) 3022-1518 |**

PRÉ-PAGO. FIXAÇÃO DE PRAZO PARA USO. LICITUDE. RECURSO IMPROVIDO. 1) **o aplicador do direito necessita bem fundamentar sua decisão subsumindo o fato à norma, de maneira que o destinatário do ato administrativo consiga compreender o ato ilícito pelo qual está sendo punido** e haja efetiva consolidação dos princípios fundamentais do contraditório e da ampla defesa.2) (...) (TJES, Classe: Apelação, 24120281357, Relator: ELIANA JUNQUEIRA MUNHOS FERREIRA - Relator Substituto : VICTOR QUEIROZ SCHNEIDER, Órgão julgador: TERCEIRA CÂMARA CÍVEL , Data de Julgamento: 11/04/2017, Data da Publicação no Diário: 20/04/2017, #33624940)

Razões pelas quais devem conduzir à revisão do ato administrativo com a sua imediata revisão.

### **2.3- DA IRREGULAR EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CNES - CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE PELO CONTRATADO.**

Este ponto, inclusive, fora objeto de primeira impugnação e teve seu deferimento acatado em parecer lançado.

Porém, ao ser o edital republicado, a mesma exigência se fez presente. O que merece nova apreciação nos mesmo moldes da resposta abaixo. Senão vejamos:

Quanto ao item 2.2 – DA IRREGULAR EXIGÊNCIA DE APRESENTAÇÃO DO CNES - CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE PELO CONTRATADO.

R: Após análise das justificativas e demais documentos apresentados, verifica-se que o gerenciamento e manutenção do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde é de competência da Instituição, ou seja, deste Nosocômio, porém para inserção dos dados no r. cadastro, se faz necessário que a Empresa vencedora do certame forneça as informações requisitadas para esta finalidade. Deste modo, acolhemos o pedido em questão e deferimos o r. item.

Desse modo que, deve ser o edital republicado considerando irregular a exigência de apresentação do CNES – CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE pelo contratado, nos termos da resposta acima colacionada.

### **3- DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer o recebimento da presente impugnação e seu consequente deferimento acolhendo as teses lançadas para republicar o edital com a devida EXIGÊNCIA DE ATESTADOS

**Rua Sá e Albuquerque, nº 614, Jaraguá | Maceió - AL | CEP: 57022-180**

**Tel.: (82) 3022-1518 |**





DE CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL COMO REQUISITO PARA HABILITAÇÃO DA EMPRESA; requer, outrossim, seja considerado irregular a exigência de apresentação do CNES – CADASTRO NACIONAL DE ESTABELECIMENTO DE SAÚDE pelo contratado nos termos da resposta já exarada por este órgão da Administração.

Nestes termos, pede e espera deferimento.

Atenciosamente,



---

**Augusto Alves da Silva Neto**  
CPF nº. 034.537.084-82  
Sócio Administrador

**Rua Sá e Albuquerque, nº 614, Jaraguá | Maceió - AL | CEP: 57022-180**

**Tel.: (82) 3022-1518 |**